

A Medusa: as Percepções da Projeção de Poder do Estado Brasileiro na Cartografia do Século XIX¹

Renato Amado Peixoto*

Teria a flutuação dos conhecimentos cartográficos e geográficos influenciado as diferentes percepções de poder do Estado brasileiro? A situação das fronteiras nas representações cartográficas apresentaria algum padrão ou tendência? O reconhecimento estrangeiro da soberania brasileira sobre as áreas limítrofes do Império correspondia às pretensões brasileiras? Se houve algum avanço nas fronteiras brasileiras, este ocorreu com o emprego brasileiro da doutrina do *uti possidetis*? Eis algumas indagações que o artigo se propõe a dar resposta.

O argumento de Carvalho Moreira, ao encontrar-se com Napoleão III, que tinha boas relações com o Governo imperial e simpatizava com (Solano) López, foi apontar, no mapa da América do Sul, o tamanho do Brasil vis-à-vis o do Paraguai.

Moniz Bandeira

Ainda que tenha se constituído unidade autônoma já no início do século XIX, o Brasil demoraria aproximadamente cem anos para conseguir consolidar, *de jure*, os seus limites territoriais. No decorrer desse período, em que a incerteza em torno de suas fronteiras seria a regra, ficaram registradas, através da cartografia, inúmeras

percepções da projeção de poder do Estado brasileiro.

Esses registros, brasileiros e estrangeiros, além de serem problemas relativos à geografia ou às relações internacionais, podem ser entendidos como tentativas de representar e produzir política internacional geograficamente. Nesse sentido, para a *Critical Geopolitics*,² o conhecimento geo-

* Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

² Escola geopolítica contemporânea que procura distanciar a geopolítica de enfoques centralizados no Estado, procurando desconstruir essas políticas e seus resultados.

gráfico, especialmente durante o século XIX, esteve intrinsecamente ligado à centralização, à expansão dos Estados nacionais e à verificação de seus interesses, desempenhando ainda um importante papel na formação da cidadania e da unidade nacional. Assim, a formulação e a construção dos conhecimentos cartográficos e geográficos poderiam ser estudadas como um produto da relação entre conhecimento e poder, que possibilitou, a determinadas perspectivas de interpretação, representar e estabelecer espacialmente os limites das diversas projeções nacionais.

O atlas foi o veículo por excelência da divulgação e propagação dessas leituras, *et pour cause*, se popularizaria durante o decorrer do século XIX, tendo sido adotado, em suas mais diferentes versões, pelas instituições de ensino oficiais e também pelos órgãos públicos de vários países, atingindo tiragens cada vez maiores e edições mais frequentes.

Entretanto, como deveríamos considerar os atlas quanto a sua especificidade?

Sujeito a diversos interesses e interpretações, o atlas seria apenas uma metáfora pictorial dos interesses nacionais? Ou, em sua individualidade e finalidade, o atlas seria tão-somente a representação gráfica exata do espaço?³ Ora, ao serem examinados coletivamente, serial e temporalmente, o caráter disseminativo dos atlas, torna-se aparente,⁴ sobretudo se levarmos em conta tanto a mutabilidade dos saberes técnico e científico, quanto a polissemia característica do sistema internacional do século XIX.

Portanto, os atlas obedeceriam a uma dupla especificidade, aonde os valores de individualismo e de responsabilidade não dominariam mais,⁵ e, ao se proceder um estudo serial dos atlas daquele período, seria possível verificar a coexistência de diferentes produtos e questionamentos, os quais remeteriam ao problema das técnicas cartográficas e da análise das projeções de poder.

Assim, se a produção cartográfica se prestaria não apenas ao estudo das percepções do político, mas também a uma interpretação das formas de produção e de representação do conhecimento geográfico, poderíamos aventar que esses últimos seriam também capazes de influenciar a formação do pensamento político: em razão de a cartografia ser uma das bases clássicas para a análise e a tomada de decisões, as especificidades relacionadas à aplicação do conhecimento científico (entendido como saber e técnica) nos atlas e cartas poderiam marcar sua leitura e a conseqüente formação e formulação do pensamento estratégico e político. Portanto, existiria, por assim dizer, uma inter-relação entre a cartografia-ciência e a construção das diversas projeções de poder. Mais especificamente, para nosso trabalho, consideramos que a reprodução do conhecimento geográfico e das representações cartográficas teria originado ou influenciado o pensamento das elites no Brasil.

Uma das questões relativas à relação da cartografia com o político no século XIX

³ Finalidade sem fim, ou *plaisir désintéressé*, conforme Derrida, 1978, 97.

⁴ Esse conceito de Jacques Derrida pressupõe não só a possibilidade de uma pluralidade de significados, mas a impossibilidade mesma da fixação de qualquer significado.

⁵ Derrida, 1972, 12.

seria a probabilidade daquela ter induzido a concepções enôneas ou deslocadas de estratégia ou de tomada de decisão. Nesse sentido, diversas variáveis atuaram, como por exemplo, as diferentes projeções cartográficas então utilizadas, que, de modo geral, exageravam a distorção e, conseqüentemente, a extensão das regiões próximas à linha do equador. Esse efeito seria ainda mais agravado pelas dificuldades encontradas então para a determinação das longitudes na selva, e mesmo pela incerteza quanto a localização de vários acidentes geográficos. Outra variável relevante, e que se relaciona com a anterior, é a que diz respeito à verificação e uniformização dos marcos geográficos e linhas imaginárias que serviram de limites naturais às diversas cartas e atlas.⁶

No que diz respeito a essas questões, e, para que se tomasse viável este estudo, decidimos efetuar a transcrição das informações contidas nas séries de atlas e cartas, segundo uma técnica comum e que possuísse um critério de uniformização quanto às projeções cartográficas e às suas escalas. Assim, adotamos como padrão a Projeção Robinson, com vistas a homogeneizar a transcrição da série e eliminar as distorções de escala, que nessa projeção se mantêm verdadeiras entre as latitudes 37° 50' Norte e 37° 50' Sul. Desse modo, julgamos possível proceder a uma análise comparativa e qualitativa das séries, em lugar de uma leitura direta dos atlas e cartas, sujeita como estava ao vício de origem. Outra das condições para que essa análise fosse possível, era a de que deveríamos levar em conta não os dados presu-

midos na época, mas as suas reais localizações no espaço. Para esse efeito, utilizamos um *plotter* cartográfico para possibilitar a transposição exata dos dados geográficos.

Como resultado, verificamos que, de modo geral, nas representações cartográficas estudadas, as fronteiras brasileiras seriam inconstantes durante todo século XIX. Essa inconsistência dos limites nos remeteria a algumas questões pertinentes. Em primeiro lugar, a flutuação e alteração dos saberes cartográficos e geográficos teria influenciado as diferentes percepções de poder do Estado brasileiro? Em segundo lugar, a flutuação das fronteiras brasileiras nas representações cartográficas apresentaria algum padrão ou tendência? Terceiro, o reconhecimento estrangeiro da soberania brasileira sobre as áreas limítrofes do Império, correspondia às pretensões brasileiras? Por último, se houve algum avanço nas fronteiras brasileiras este ocorreu em consonância com o emprego brasileiro da doutrina do *uti possidetis*?

Em relação às duas primeiras questões, poderíamos começar definindo que a formação das fronteiras brasileiras durante o século XIX se orientou segundo dois modelos diferentes: um mais estático e de evolução progressiva para os limites meridionais, no qual as tensões se solucionaram através de conflitos com os países limítrofes, e um segundo modelo, flácido e inconstante para a fronteira setentrional, onde a flutuação das fronteiras coincidiu com os períodos de maior ou menor organização do Estado brasileiro e de seus vizinhos.

⁶ Por exemplo, cada país referia suas longitudes ao meridiano que cortava a capital de seu país. Havia, por conseguinte, latitudes referentes ao meridiano de Paris, Washington, Londres e Rio de Janeiro. O meridiano de Greenwich somente foi adotado como padrão internacional em 1884.

Nas primeiras cartas da série, a fronteira amazônica do Brasil ainda carecia de marcos naturais.⁷ Os limites setentrionais do Brasil eram genericamente representados por uma poligonal, a qual se constituía tendo como base o curso dos rios que serviram de vias de penetração à metrópole portuguesa. Com origem na Ilha de Cacuí, duas retas separavam o Brasil da América hispânica: enquanto a primeira seguia para o sudoeste até encontrar o Rio Javari, a segunda rumava a leste até o Rio Branco e, deste, até o Rio Carapana-tuba, o que levava a fronteira da Guiana Francesa, quase da atual Macapá até as fronteiras do atual Estado do Amazonas, o que deixaria o Estado de Roraima e o norte do Pará fora do atual território brasileiro. Desse modo, e como regra para a série cartográfica estudada, os rios Amazonas, Madeira e Javari, durante todo o século XIX, sempre seriam reconhecidos, em todo seu curso, como pertencentes à soberania brasileira, sendo esse *status* posteriormente estendido também ao Rio Branco, a partir da década de 1820. Entretanto, praticamente no mesmo período,⁸ os cursos superiores dos rios Negro e Solimões seriam definitivamente negados à influência brasileira. A Ilha de Cacuí, situada no Rio Negro, cedo, se tornou o limite extremo da penetração brasileira no norte, podendo ser, portanto, considerada o primeiro padrão definitivo

das fronteiras setentrionais e, em conjunto com o Rio Javari, um dos seus únicos marcos naturais.

Ainda logo nos primeiros atlas,⁹ um grave erro geográfico se incorporaria às representações cartográficas das fronteiras brasileiras. Esse equívoco, ao ser perpetuado durante todo o século XIX, traria graves conseqüências para a política externa brasileira: a nascente do Rio Javari seria situada, àquela época, a 10° 20' de latitude, ou seja, muito mais ao sul, onde na realidade se encontra. Como vimos anteriormente, então se considerava que os cursos dos rios Javari e Madeira pertenciam, em sua totalidade, à soberania portuguesa. Desse modo, a fronteira naquela área seria representada através do paralelo que ligava o ponto situado em 10° 20' S ao Rio Madeira. Assim, praticamente toda a região do que futuramente seria o Estado do Acre seria representado naquelas cartas como pertencendo ao território do Brasil.

Seguindo esse precedente, quase todos os atlas editados a seguir fixariam também a fronteira brasileira no paralelo 9° ou 10° 20' S, muito embora já não coincidissem mais nestes com o traçado inicial do curso do Rio Javari. Mesmo que, em 1848, um atlas francês situasse quase que corretamente a nascente do Rio Javari e traçasse a fronteira a partir daí,¹⁰ sua mesma edição em língua portuguesa insistiria em

⁷ La Rochette, 1807 (Anexo, Figura 1).

⁸ Entre 1807 e 1828.

⁹ La Rochette, 1807; Buchon, 1825 e Ostell, 1928.

¹⁰ Andriveau-Goujon, 1848 (Anexo, Figura 2). Entretanto esse atlas manteria o modelo do paralelo, em vez de uma diagonal ligando o Madeira ao Javari. Desse modo, estaria criada uma nova versão da fronteira, extremamente negativa para as pretensões brasileiras na região, uma vez que o paralelo rasgaria a Amazônia Ocidental até encontrar a Lagoa-Uanara. O Atlas Mitchell (1849) e o Atlas Balbi-Monlon (1858) também definiram a fronteira a partir da localização correta da nascente do Rio Javari. S. Augustus Mitchell foi o primeiro a utilizar a diagonal, enquanto que Balbi-Monlon apresentou duas versões do paralelo: a da nascente real e a mais benéfica ao Brasil. Houve, portanto, durante o século XIX, três modelos para a fronteira do Brasil na região, todos originários da versão de 1807.

desenhar a fronteira mais benéfica ao Brasil. Em 1868, tal representação iria se enraizar mais ainda no imaginário popular brasileiro, a partir da publicação do primeiro atlas *destinado à instrução pública no Império, com especialidade a dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*.¹¹ Esse erro persistiu, mesmo quando o próprio Governo brasileiro reconheceu, através da *Comissão da Carta Geral*, que a nascente do Rio Javari e o conseqüente traçado da fronteira na região do Acre estaria muito mais ao norte.¹² Assim mesmo, a representação popular seria mais persistente e dominante, originando a grande celeuma detonada por Rui Barbosa e pelos positivistas, que precedeu à assinatura do Tratado de Petrópolis.¹³

Em respeito à fronteira na região de Roraima, já com o primeiro atlas a retratar o Brasil independente,¹⁴ considerava-se que todo o curso do Rio Branco e o território até a linha de serras que circundavam o Planalto das Guianas pertenceriam à soberania brasileira. Dali, a fronteira seguiria pelas serras que dividem as águas da Bacia Amazônica com aquelas que deságuam no Caribe e depois desceria o curso do Rio Oiapoque até encontrar o

Atlântico.¹⁵ Dessa forma, à exceção do nordeste de Roraima, praticamente nenhum atlas no século XIX a reconheceria, como território brasileiro,¹⁶ o traçado da fronteira norte permaneceria o mesmo até os dias atuais. Adotou-se então, contrariamente a algumas pretensões brasileiras, a tese da divisão de águas. Ainda que em representações brasileiras posteriores se procurasse defender a tese de que o Brasil deveria possuir uma saída para o Caribe através da bacia do Rio Essequibo, na região do Pirara,¹⁷ a representação do território brasileiro seria limitada à Bacia Amazônica, enquanto que, a Venezuela (e posteriormente também a Guiana Inglesa) haveria de se contentar com o domínio das bacias do Orinoco e do Essequibo.

Ainda segundo a interpretação dos atlas estrangeiros, a expansão brasileira sobre o território dos Estados da Venezuela e de Nova Granada prosseguiria constante até a década de 1830. Nesse período, coincidindo com a desintegração da Grande Colômbia, a soberania brasileira se estendeu sobre grande parte do curso dos rios Japurá, Apapuriaés e sobre os afluentes superiores do Rio Negro. Sintomaticamente, com a organiza-

¹¹ Almeida, 1868, Portada.

¹² Rohan, 1875.

¹³ Aqueles grupos alegavam que o Brasil não deveria negociar o Tratado, uma vez que o território em questão sempre havia, de fato, pertencido ao Brasil. Ver Lins (1965, 293-301) e Viana Filho (1959, 343-350).

¹⁴ Buchon, 1825.

¹⁵ À exceção de alguns atlas franceses, todos os outros reconheceriam o Rio Oiapoque como a fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil.

¹⁶ Ver, por exemplo, Buchon, 1825; Becker, 1841; Philips, 1858 e Hachette, 1883.

¹⁷ As pretensões brasileiras começaram a ser contrariadas em 1838 com a invasão do missionário inglês Youd. No relatório de 1843 do Ministro dos Negócios Estrangeiros, na página 14, relata que seriam neutralizados o território entre o Rio Tacutu e Repunury, *que nunca foi posto em questão pela Holanda, outrora possuidora dessa Guiana*. Essa tese ainda possuiria repercussões na geopolítica brasileira da segunda metade do século XX. Ver Peixoto, Renato Amado. (2000). Terra Sólida: a influência da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na política externa do Governo Castello Branco. Dissertação de Mestrado, UERJ.

ção paulatina dos vários Estados limítrofes à Bacia do Amazonas durante as décadas seguintes, e com a desordem política interna, particularmente durante os anos das Regências, o território brasileiro, segundo a mesma percepção, refluiria para limites anteriores aos da Independência, perdendo mesmo o controle do médio Solimões e do curso superior do Rio Negro até a confluência com o Rio Cataburi. Na mesma época, também não seria mais reconhecido o domínio brasileiro sobre uma vasta área, que compreendia os cursos médio e superiores dos rios Juruá e Purus. Provavelmente, no período entre 1840 e 1860, o Brasil teria atingido sua menor dimensão territorial desde o Tratado de Madri.¹⁸

Na fronteira meridional, a tendência diferiu um pouco, embora as tensões fossem muito maiores. Somente na década de 1840 a região da campanha gaúcha seria reconhecida como território brasileiro, circunstância que, na percepção estrangeira, não ocorrera nem mesmo quando da anexação do território uruguaio sob a denominação de Província Cisplatina.

Em relação à fronteira com a Argentina, na região de Palmas, nunca houve, durante todo o século XIX, qualquer posição majoritária ou mesmo predominante na representação cartográfica da área, em parte talvez por conta das reivindica-

ções paraguaias sobre parte do território argentino das Missões, pretensões estas que se prolongariam até a década de 1860 e só teriam fim após a Guerra do Paraguai. O certo é que, ainda em 1890, nem o Brasil nem a Argentina estavam seguros da posse da região, o que de fato levou os dois governos a acertar a divisão da área através do Tratado de Montevidéu.¹⁹

A questão dos limites com o Paraguai seria ainda mais traumática, uma vez que somente se resolveria com a guerra, da qual provavelmente foi uma das causas.²⁰ De fato, nenhuma carta ou atlas estrangeiro reconheceria, após 1807, a soberania brasileira sobre o sul do Mato Grosso, a mais rica região dos ervatais do Paraguai. As próprias cartas navais da Marinha francesa, às vésperas da Guerra do Paraguai, em 1862, consideravam a região como território do Paraguai, sancionado juridicamente como *a interpretação mais racional do Tratado de Santo Ildefonso*.²¹

Conforme as representações cartográficas brasileiras do Alto Paraná, a pretensão à soberania sobre aquele território se baseava na aplicação do conceito do *uti possidetis*,²² o que, na prática, se chocava com a constante ocupação da área pelo Exército paraguaio (a manutenção de Forte Olimpo datava de 1792). As tentativas de reverter esse quadro resultaram no confronto de Fecho dos Morros, que in-

¹⁸ Houzé, 1840; Bruè, 1845; Mitchell, 1849; Balbi-Monlon, 1858.

¹⁹ Ver Abranches, 1907, 12-13. Este Tratado não seria reconhecido pelo Congresso brasileiro, o que levaria a pendência ao arbítrio do Presidente americano.

²⁰ Na realidade, quase toda a fronteira paraguaia era contenciosa (Ver Anexo, Figura 3). A Guerra do Paraguai poderia ser considerada, *grosso modo*, como um grande acerto de limites pendentes entre Argentina, Brasil e Paraguai. Isso pode ser apreendido através dos textos anexos ao Tratado da Tríplice Aliança, pelos quais, o Paraguai perderia, ao final da guerra, mais da metade do que considerava como seu território. Ver Bandeira, 1998, 129-130.

²¹ Mouchez, 1862.

²² Ribeiro, 1856.

fluenciou toda a posterior política externa do Brasil para o Prata.²³ Contraditoriamente, enquanto o Governo brasileiro se utilizava do conceito do *uti possidetis* para reivindicar a expansão dos limites meridionais, na fronteira com o então Estado da Nova Granada e na mesma época,²⁴ o Brasil cedeu aproximadamente 209.000km² de área ocupada por brasileiros,²⁵ ainda que na mesma região tanto o Peru quanto o Equador também pretendessem direitos.²⁶ Portanto, a utilização do conceito do *uti possidetis* pelo Brasil durante o século XIX seria ambivalente na realidade pragmática e corresponderia, muitas vezes, a estratégias gerais da política externa brasileira.²⁷ Quanto ao reconhecimento estrangeiro da soberania brasileira sobre as áreas limítrofes e contestadas do Império, este correspondeu, quase sempre, ao oposto das pretensões

do Brasil, como, por exemplo, nos casos do Paraguai ou da Colômbia. Quase sempre, à exceção da fixação dos limites na região do Acre, o qual envolveu cessões territoriais ao Peru e à Bolívia, as fronteiras brasileiras se consolidaram segundo a interpretação majoritária daquelas representações.

Concluindo, o estudo das fronteiras brasileiras, segundo a representação cartográfica estrangeira, sugere que a projeção de poder do Estado brasileiro apresentou períodos alternados de retração e de expansão, ainda que essa interpretação possa não ser considerada de todo homogênea. Por último, apreende-se também que, quando houve avanço nas fronteiras do Brasil independente, este se deu somente por guerra ou sobre território aonde não houve uma interpretação majoritária contra a posição brasileira. ●

²³ Em 14 de outubro de 1850, tropas brasileiras que tentavam ocupar uma posição estratégica na área reclamada foram derrotadas por tropas paraguaias. Nessa época o Governo paraguaio denunciava que o Brasil incentivava certos grupos indígenas, como os Guaicuru, a saquear os estabelecimentos paraguaios na região, de modo a permitir o assentamento brasileiro na área e inibir a presença paraguaia.

²⁴ Através do Projeto de Tratado de 25 de junho de 1853 que fixava a fronteira entre os dois países na reta Tabatinga-Apáporis, mas que não foi aprovado pelo Senado da Nova Granada em 1853.

²⁵ Ver Anexo, Figura 4.

²⁶ A diretriz da diplomacia brasileira foi convergir em torno da proposta da reta Tabatinga-Apáporis nas negociações com todos esses países, cedendo, se preciso, no conceito do *uti possidetis* naquela região. Com o Peru a primeira negociação resultou no Tratado de 23 de outubro de 1853 que resultou no Tratado de 22 de outubro de 1858, sacramentando a reta Tabatinga-Apáporis no seu artigo 7º. Finalmente, em 1904, o Brasil celebrou com o Equador o acordo condicional que também acordava a referida reta, (na realidade, um tratado secreto de aliança militar contra o Peru. Ver Jobim, 1962). Com a Colômbia, a grande beneficiada na questão, o acordo se arrastou desde a primeira tentativa, em 25 de julho de 1853 até a celebração do Tratado de Fronteiras em 24 de abril de 1907.

²⁷ *Grosso modo*, durante o Império, o Itamaraty sempre respondeu às pressões na fronteira meridional com concessões na fronteira setentrional.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

(1828). *Ostell's New General Atlas* (XXVI). Londres: Baldwin and Cradock, Pasternoster Row.

(1849). *New Universal Atlas of the World* (39-43). Philadelphia: S. Augustus Mitchell.

(1858). *Phillips' New General Atlas* (68, 69). Londres: George Phillip and Son.

(1883). *Atlas Manuel de Geographie Moderne*. Paris: Librairie Hachette & Cie.

- ABRANCHES, João Moura Dunshee de. (1907). *Atas e Atos do Governo Provisório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- ALMEIDA Candido Mendes de. (1868). *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Litografia do Instituto Philomathico.
- ANDRIVEAU-GOUJON, J. (1848). *Atlas de Geographia Moderna*. Paris: J. Andriveau-Goujon, Éditeur.
- ANDRIVEAU-GOUJON, J. (1848). *Atlas de Géographie Moderne* (19). Paris: J. Andriveau-Goujon, Éditeur.
- BALBI, A. & Monlon, Emile. (1858). *Atlas da Geographia Universal*. Paris: J. P. Aillaud, Monlon e Cie.
- BANDEIRA, Moniz. (1998). *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan.
- BECKER, F. P. (C. 1841). *The Comprehensive Atlas of Modern Geographibie* (XXV). Londres: Harvey & Darton.
- BRUË, A. (1845). *Atlas Universel de Géographie*. Paris: Charles Picquet.
- BUCHON, J. A. (1825). *Atlas de deux Amériques*. Paris: J. Carez.
- DERRIDA, Jacques. (1972). *La dissémination*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____, (1978). *La vérité en peinture*. Paris: Flammarion.
- GRATY, Alfredo M. du. *Mapa de la Republica del Paraguay*. Rio de Janeiro, Mapoteca do Serviço de Documentação da Marinha, 1861. Fotografia.
- GROSSELIN-DELAMARCHE (1873). *Atlas de Géographie Pysique et Historique*. Paris: Bertaux, successeur de Grosselin.
- HOUZÉ, A. C. (1840). *Atlas Universel, Historique et Géographique*. Paris: Lebigre-Duquesne Frères, Éditeurs.
- JOBIM, José. (1962). *Examinar a Política Exterior do Brasil na ONU e na OEA e os compromissos, acordos e tratados em vigor, tendo em vista os interesses da segurança nacional*. (Disponível na Escola Superior de Guerra).
- LA ROCHETTE, Louis Stanislas D'Arcy de. (1807). *Colombia Prima* (3, 6, 8). Londres.
- LINS, Alvaro. (1965). *Rio Branco (o Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História Política*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2ª Edição (revista).
- MOUCHEZ, E. *Carte de La Republique de Paraguay*. Serviço de Documentação da Marinha, 1862.
- RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Carta geográfica de uma parte do Império do Brasil confinante com a Confederação Argentina e a República do Paraguay*. Rio de Janeiro, Arquivo Militar, 1856. Mapa 47-62 cm.
- ROHAN, Henrique de Beaurepaire & Ribeiro, Duarte da Ponte. *Carta do Império do Brasil organizada pela Comissão da Carta Geral*. Rio de Janeiro, Instituto Heliográfico A. Henschel - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1875. Fotografia em 4 partes medindo a maior 0,609 x 0,628 m.
- SCHRADER, F. (1907). *Atlas de Géographie Moderne* (62, 63). Paris: Librairie Hachette.
- VIANNA FILHO, Luiz. (1959). *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. (1ª edição).

*“Defeitos não fazem mal, quando há
vontade e poder de os corrigir.”*

Machado de Assis